



Revista Cocar. Edição Especial N.40/2025 p.1-21

ISSN: 2237-0315

**Dossiê: Tensões pela definição do Ensino Médio: políticas de currículo, sujeitos e conhecimentos**

**O Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro: o projeto da ONG JA Rio de Janeiro para os Itinerários Formativos<sup>1</sup>**

*High School in the state of Rio de Janeiro: the JA Rio de Janeiro NGO project for the Learning Pathways*

Hellen Gregol Araujo

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**

Raquel Garcia Braga de Lima

**Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ)**

Rio de Janeiro-Brasil

**Resumo**

Neste artigo, discutimos a atuação da Organização Não Governamental (ONG) JA Rio de Janeiro na “implementação” do Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro. A instituição atua diretamente nas escolas da rede pública, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). O objetivo foi analisar como essa atuação se acentuou a partir da reforma do Ensino Médio promovida pela Lei nº 13.415/2017. Utilizou-se como ferramenta analítica as redes políticas de Ball (2014), com foco nas produções da ONG JA Rio e da Seeduc-RJ no período de 2017 a 2024. Trata-se de um recorte de uma rede maior que se organizou a partir do Novo Ensino Médio. Concluiu-se que a política de reestruturação do Ensino Médio proporcionou uma acentuação das parcerias público-privadas e reforçou o discurso de um Ensino Médio ineficiente na formação do sujeito, em relação ao empreendedorismo de si e à preparação para o mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Redes políticas; Instituições filantrópicas; Itinerários Formativos.

**Abstract**

This article discusses the role of the Non-Governmental Organization (NGO) JA Rio de Janeiro in the “implementation” of the Brazilian New High School in the state of Rio de Janeiro. The institution works directly in public schools through an agreement with the State Department of Education of Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). The objective was to analyze how this role intensified following the High School reform introduced by Law no. 13,415/2017. As an analytical tool, Ball's (2014) policy networks framework was used, focusing on the productions of the JA Rio NGO and Seeduc-RJ from 2017 to 2024. This study is a segment of a broader network that was structured around the New High School. It was concluded that the High School restructuring policy fostered a rise in public-private partnerships and reinforced the discourse of an inefficient High School model in preparing students for self-entrepreneurship and the labor market.

**Keywords:** Political networks; Philanthropic institutions; Formative Pathways.

## **Introdução**

Nos últimos anos, há um movimento para compreender a política educacional de maneira descentralizada, o que significa que outros atores têm disputado poder e influência nesse campo (Ball, 2014). Nesse contexto, este trabalho propõe uma investigação sobre a atuação desses outros atores em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), a partir da aprovação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017).

A referida lei trouxe mudanças significativas na distribuição da carga horária do Ensino Médio. A formação passou a ser dividida em uma Formação Geral Básica, composta por Português e Matemática, que deveria estar presente nos três anos do Ensino Médio, e uma Formação Diversificada, composta pelos Itinerários Formativos. Na Formação Geral Básica, as mudanças resultaram em uma diminuição da carga horária das áreas humanas e biológicas – e esse, talvez, seja um dos pontos mais enfatizados pela comunidade de modo geral (Cunha, 2024; Ferreti, 2018; Silva, 2018).

Na Parte Diversificada, os Itinerários Formativos eram obrigatórios. No entanto, apesar de a lei exigir sua oferta, havia poucos indícios do modo como eles deveriam se desenvolver. Foi nesse cenário turvo que a proposta homologada deu espaço para que uma série de instituições apresentassem suas proposições, originando diversas parcerias, as quais já foram detalhadas em alguns trabalhos (Araujo, 2022; Araujo; Lopes, 2023; Macedo, 2014, 2019; Shiroma, 2020).

Os convênios e as parcerias entre a Seeduc e as instituições privadas e filantrópicas pareceram ser a solução para o modo como os Itinerários Formativos se desenvolveriam. Para compreendermos essa atuação, fizemos um levantamento do que foi produzido pela Seeduc-RJ e pelas instituições filantrópicas e privadas que atuam no estado desde que a reforma foi homologada – período de 2017 a 2024.

O referencial analítico que nos acompanha são as redes políticas, especialmente para pensarmos esse fenômeno social de maneira articulada e heterárquica. As redes políticas (Ball, 2014) são um referencial analítico do contexto social que circunscreve determinada política. Por meio das redes, conseguimos identificar atores sociais relevantes e que exercem poder sobre os discursos que operam, tornando a política algo indispensável do ponto de vista de quem a promove. Assim, identificamos contextos que respondem à política de

reestruturação do Ensino Médio de forma contextualizada, não sendo possível identificar a origem discursiva.

Em nossas pesquisas, destacamos como principais instituições que atuam no estado: a Organização Não Governamental (ONG) JA Rio de Janeiro (doravante JA Rio), com o projeto “Trilhas Empreendedoras”; o movimento Todos pela Educação, com o diagnóstico da situação do estado; a Fundação Getulio Vargas (FGV), com artigos publicados sobre a reforma do Ensino Médio; e o Instituto Ayrton Senna, incentivando e apoiando a educação integral.

Apresentamos aqui a ONG JA Rio, porque ela atua diretamente nos Itinerários Formativos e traz uma proposta de currículo em seu programa, nomeado “Trilhas Empreendedoras”. As redes políticas são também uma concepção teórica que possibilita a análise de apenas uma instituição, como é o caso da ONG JA Rio, pois entendemos, assim como Ball (2014), que a instituição em questão não age sozinha: ela tem ligações com diferentes outras instituições. Ademais, essas instituições mobilizam, por meio da parceria com a Seeduc-RJ, notícias, livros, guias e palestras, que criam a permeabilidade entre o público e o privado – algo que Stephen Ball já mencionou em diferentes textos (Ball, 2014, 2015).

O material utilizado para análise foi acessado principalmente pela internet, por meio de páginas oficiais de órgãos públicos e organizações que realizam eventos, palestras e divulgam materiais online. Destacamos o material produzido principalmente após 2016, período em que a reforma do Ensino Médio começou. Entretanto, no caso da ONG JA Rio, sua atuação é anterior a 2016, o que nos levou também a consultar materiais anteriores para aprofundar nossa análise. Como demos ênfase à ONG JA Rio, não estabelecemos filtros, mas sim um marco temporal a partir de 2016 para sustentar a discussão que propomos neste artigo. Também foram investigados materiais divulgados no site e nos canais do YouTube da Seeduc-RJ e das instituições filantrópicas identificadas. Como já mencionado, neste texto damos ênfase ao material da ONG JA Rio, aos eventos que tivessem como foco o Ensino Médio e às instituições realizadoras dos eventos em questão.

### **O contexto do Estado do Rio de Janeiro**

A discussão sobre a necessidade de mudança no Ensino Médio já pairava sobre o Ministério da Educação (MEC) desde 2015, quando surgiram as primeiras discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O pretexto para a mudança do Ensino Médio era a

necessidade de modernização, contrapondo-se ao que poderia, de modo superficial, ser definido como currículo tradicional e, por isso, excessivamente teórico. Entretanto, o que era para ser uma melhora para o segmento foi interpretado pela comunidade educacional e acadêmica como uma proposta passível de muitas críticas, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Associação Brasileira de Currículo (ABdC) (ANPEd et al., 2022; ANPEd; ABdC, 2018), além de Silva e Araújo (2021).

Um dos motivos foi a retirada de disciplinas que, para os jovens, eram consideradas importantes, tendo em vista, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), avaliação que realizam para o ingresso nas universidades públicas.

A Parte Diversificada deu lugar aos Itinerários Formativos, divididos por áreas do conhecimento (Ciências da Natureza, Linguagens, Ciências Humanas, Matemática) e que, conforme a lei, exigiam que a escola oferecesse apenas um deles (Cássio; Goulart, 2022; Silva; Krawczyk; Calçada, 2023). A oferta de somente um Itinerário Formativo já causou estranhamento, pois é difícil defender a autonomia e a possibilidade de escolha do jovem quando a escola não oferece diferentes opções. É nesse terreno de poucas possibilidades que as instituições firmam suas parcerias e apresentam suas soluções.

De acordo com Ferreti (2018), não há garantias de que o Ensino Médio se torne mais atrativo para os alunos por causa da diminuição do número de disciplinas e da oferta dos Itinerários Formativos, uma vez que estes são oferecidos pelos sistemas de ensino e não por escolha dos alunos, conforme seus interesses pessoais. Dessa forma, a suposta ampliação da escolha dos estudantes ocorreu dentro de um espectro limitado, no qual a seleção de Itinerários Formativos não se dá com base em um diálogo sobre os interesses e as necessidades dos jovens, mas sim dentro de um conjunto restrito de opções pré-determinadas por políticas educacionais que podem valorizar a empregabilidade e a eficiência econômica.

No que se refere à “implementação” do Novo Ensino Médio (NEM), apesar de prevista para 2020, a lei foi adiada em todo o Brasil pela circunstância de saúde pública causada pela pandemia da covid-19, vivenciada nos anos de 2020 e 2021, período em que o ensino nas escolas foi remoto e híbrido. No Rio de Janeiro, o ensino presencial foi retomado e a implementação da reforma aconteceu gradualmente: em 2022, no primeiro ano; em 2023, no segundo ano; e em 2024, no terceiro ano do Ensino Médio.

Em 4 de fevereiro de 2022, foi publicada a Resolução SEEDUC nº 6.035, de 28 de janeiro de 2022, que fixou diretrizes para a implantação das matrizes curriculares da educação básica nas unidades escolares da rede pública (Rio de Janeiro, 2022). Nesse documento, consta a organização da Formação Geral Básica do Ensino Médio, na qual estão presentes 13 disciplinas, distribuídas por áreas de conhecimento, com redução da carga horária das disciplinas de Sociologia, Filosofia, Química, Educação Física e Língua Inglesa. O documento também trata da Parte Diversificada, que organiza os Itinerários Formativos do NEM. A resolução faz alusão ao desenvolvimento do protagonismo por meio da Parte Diversificada, “[...] organizando estratégias, situações, oportunidades, espaços e tempos próprios para a promoção de atividades” (Rio de Janeiro, 2022, p. 18).

No caso do estado do Rio de Janeiro, a Parte Diversificada ofereceu, além dos Itinerários Formativos, eletivas – disciplinas com temas diversos –, e foi nessas eletivas que a ONG JA Rio atuou (Alves, 2022; Lopes; Craveiro; Cunha, 2024).

Os documentos emitidos pela Seeduc-RJ (Rio de Janeiro, 2023) enfatizavam a necessidade de um ensino que conectasse a escola à juventude, pois a falta de interesse nesse segmento seria o principal motivo de evasão, segundo informações da secretaria. Essa falta de conexão da escola com os alunos foi apontada por aqueles que se posicionaram em defesa da reforma, sob a argumentação de que, ao escolherem os Itinerários Formativos, os estudantes buscariam aquilo que lhes interessasse e, assim, permaneceriam na escola. Outro ponto destacado nos discursos em defesa da base é a autonomia e o protagonismo juvenil dos alunos ao elegerem seus percursos formativos.

Destacamos que o protagonismo aludido na defesa da reforma não considerou as contingências e as precariedades dos contextos das escolas estaduais. O protagonismo enfatizado deu lugar a um ensino em que as escolhas dos alunos ficaram limitadas às possibilidades de oferta da Seeduc-RJ, diante de um cenário de falta de infraestrutura e de quantitativo insuficiente de professores para determinados Itinerários Formativos. Ou seja, as ofertas ficaram condicionadas aos recursos físicos e humanos do Estado.

A defesa do NEM também se sustentou em argumentos que consideravam o desempenho dos alunos nas avaliações externas. Representantes de instituições filantrópicas, como Priscila Cruz – Presidente-executiva e cofundadora do Todos Pela

Educação –, já mencionavam que o mau desempenho era um dos fatores determinantes para a reforma do NEM (Cruz, 2016).

Outro ponto que contribui para entendermos os encaminhamentos do Ensino Médio no estado foi um documento produzido pelo movimento Todos pela Educação, em 2023, chamado *Panorama da Educação Básica*. Ele se baseou em índices disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), constatando que o Rio de Janeiro estava em 19º lugar no Ensino Médio em 2019 (Todos pela Educação, 2023). A proficiência em português e matemática, com base nesses índices, também foi considerada abaixo do suficiente. Os dados vão na direção de demonstrar o quanto o Ensino Médio no Rio de Janeiro necessitava de reformas para passar a apresentar índices mais satisfatórios.

### **Investigando redes políticas**

Na tentativa de pesquisar e mapear a complexidade que é a luta política por determinadas políticas públicas, de modo a identificar ações, atores sociais e eventos que desenvolvem e são constituídos por determinados discursos sobre a política (Araujo, 2022), encontramos materiais que apresentaremos a seguir.

Tendo como premissa que existe um novo modo de fazer política – e que isso precisa ser explorado por meio de novos mecanismos de análise –, Ball (2014) analisou parte das políticas britânicas e defende que tal abordagem pode ser aplicada em qualquer lugar, inclusive no Brasil. Ball (2014) exemplifica sua análise com a investigação do Instituto Liberdade, que tem como principal parceria a organização Todos pela Educação (TPE), constituída por diversos empresários responsáveis por um movimento que influencia diretamente a constituição e a significação das políticas educacionais.

Nas redes políticas, existe um processo de construção em que se confunde a fronteira entre o público e o privado, facilitando a sensação de um consenso no que se refere à interpretação da política. A inserção das instituições na tomada de decisão criou uma espécie de rede de apoio à política, em que as demandas em comum trazem a sensação de uma positividade plena em relação à política (Araujo, 2022). Ao darmos visibilidade a essas redes políticas, buscamos compreender o processo de sua constituição e de sua atuação na política de “implementação” dos Itinerários Formativos no estado do Rio de Janeiro.

Aproximamo-nos de Ball (2014) para explicar essa atuação de agentes privados e filantrópicos, que vêm assumindo papéis centrais e decisivos no campo de aprovação da

política. A ascensão dessas instituições nas redes de discursos vem sendo cada vez mais destacada. Nas mais recentes discussões sobre políticas educacionais, vêm sendo analisadas as mudanças no modo de governança, com desdobramentos na produção curricular, gerados pelas políticas em rede (Shiroma, 2020). É nesse modo de governar as políticas que destacamos as principais contradições, pois se defende, discursivamente, a autonomia das escolas – por exemplo, na elaboração de seus currículos –, ao mesmo tempo em que são disponibilizados e aplicados planos e guias criados pelas instituições nos espaços públicos (Chaves; Motta; Gawryszewski, 2020).

Segundo Avelar e Ball (2017), em outros tempos, as políticas públicas eram planejadas principalmente no âmbito governamental, em um processo hierárquico: o poder de determinados cargos garantia maior influência sobre como a política seria desenvolvida. Atualmente, há um deslocamento para relações heterárquicas (Ball, 2014), em que pesa não somente o poder legítimo do Estado nos espaços formais de formulação de políticas, mas também o poder dos atores e das instituições que financiam a política de diferentes modos. No conjunto de proposições para a política, o que acontece fora desses espaços formais passa a ter maior relevância e precisa ser considerado para uma melhor compreensão do funcionamento das políticas públicas. Emerge, assim, um olhar para a política por meio de redes, em que o objetivo é identificar tais processos heterárquicos em ação. Esses processos se internacionalizam e se inserem na lógica dos processos globais, ganhando força nessa relação.

### A ONG JA Rio na reforma do Ensino Médio

O modo como o Ensino Médio foi arquitetado no estado do Rio de Janeiro envolveu uma Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos. Até o ano de 2024, os Itinerários Formativos foram divididos em Trilha de Aprofundamento e Núcleo Integrador, sendo o Núcleo Integrador composto por: Eletiva 1 (ensino religioso ou reforço), Eletiva 2 (língua estrangeira ou estudos orientados), Eletiva 3 (opções da escola no catálogo Seeduc) e Projeto de Vida. O Núcleo Integrador caracteriza-se como “[...] componente obrigatório do currículo escolar, devendo estar organicamente articulada à Base Nacional Comum Curricular, tornando o currículo um todo significativo e integrado” (Rio de Janeiro, 2022, p. 18) – enquanto as trilhas de aprofundamento abrangiam uma área do conhecimento específica – entre elas, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais – ou a integração de ambas.

Essa configuração se torna um cenário propício para que a Seeduc-RJ firmasse parcerias com instituições filantrópicas e privadas para a oferta das eletivas.

A Seeduc-RJ, como principal centro articulador dessa rede que se configurou para a oferta do Ensino Médio no estado, criou um ambiente em que fosse possível oferecer a Parte Diversificada prevista na Lei nº 13.415/2017. No seu catálogo, foi possível identificar a oferta de eletivas como Ação Empreendedora, entre outras, o que também sugere que o Ensino Médio aparece como um segmento relevante para essas instituições que produzem diagnósticos (Todos pela Educação, 2023) ou apostam em um ensino integrado.

Apesar de as instituições filantrópicas mencionadas aqui terem suas particularidades, elas atuam em prol de um Ensino Médio que muda, precarizando o acesso dos jovens ao reconhecimento de si e responsabilizando-os pela necessidade de sua inserção nesse mundo que se apresenta e exige jovens qualificados profissionalmente – porém não se diz que esse mundo, que se apresenta, não é para todos. Uma das formas de desenvolver essa ação empreendedora é por meio da atuação da ONG JA Rio.

Antes de contextualizarmos a ONG JA Rio, quanto à sua história e atuação, é importante salientarmos que a reforma já iniciada em 2022 na rede estadual do Rio de Janeiro sofreu mais uma alteração nas matrizes curriculares para o ano de 2025. O ano letivo não está mais dividido em bimestres: passou a ser trimestral. O Projeto de Vida, que antes constava no Ensino Médio regular, não faz mais parte da matriz curricular de transição para os alunos que iniciaram o Ensino Médio no ano corrente, fazendo parte apenas de algumas formações, como, por exemplo, NEM – Itinerário Inovador e NEM – Itinerário Inovação e Mercado de Trabalho.

Vale ressaltarmos que as matrizes curriculares que passaram a vigorar no ano letivo de 2025 nas escolas estaduais do Rio de Janeiro são posteriores à Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024). O termo “Trilha de Aprofundamento”, que aparecia no texto das matrizes curriculares até o ano de 2024, não consta mais no texto publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em que aparecem as novas matrizes. E, a partir da homologação da Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), também foi determinado pela legislação que a escola ofereça no mínimo dois itinerários.

É importante salientarmos que, a despeito das alterações iniciadas em 2022 e que seguem até o ano de 2025, a parceria do estado com a ONG JA Rio permanece até a atualidade. Cabe ainda destacarmos que essa parceria, renovada ao longo desses anos, tem

ocorrido por meio de um de seus projetos. O projeto em questão é também apoiado por empresas parceiras e associadas ao Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). E, assim, por meio desse projeto, a ONG JA Rio tem se estabelecido no âmbito da Seeduc-RJ.

A ONG JA Rio é parte de um movimento maior da ONG Junior Achievement, fundada em 1919, nos Estados Unidos, e presente em mais de 110 países. No Brasil, por meio da ONG JA Rio, há uma atuação expressiva na realização de experiências com estudantes da rede pública estadual desde 1999, sendo os pilares da sua atuação: empreendedorismo, educação financeira e preparação para o mercado de trabalho (JA Rio de Janeiro, 2024). Em linhas gerais, a ONG JA Rio é uma extensão de uma instituição internacional, com representação no âmbito nacional e estadual.

Essas instituições se ocupam do desenvolvimento de habilidades de jovens em situação de vulnerabilidade social. No site da organização, há a afirmativa de que tais formações, pautadas nesses três pilares, são extracurriculares (JA Rio de Janeiro, 2024). No entanto, na matriz curricular de alguns itinerários integrados que compõem a carga horária da BNCC do NEM da rede estadual do Rio de Janeiro, já consta um componente denominado “Projeto de Intervenção e Pesquisa”, que integra os cursos NEM – Itinerário Inovação e Mundo do Trabalho e NEM – Itinerário Inovador.

Dentre os projetos que a ONG oferece, destacamos o projeto “Trilha Empreendedora”. Esse projeto está em desenvolvimento juntamente com a Seeduc-RJ. De acordo com a ONG, o projeto visa promover habilidades e competências socioemocionais, de maneira a combater a evasão escolar e, assim, preparar os jovens para o mercado de trabalho. A ONG acrescenta que os alunos que participam têm a oportunidade de aprender de maneira prática sobre empreendedorismo, educação financeira, preparação para o mercado de trabalho, sustentabilidade, economia, cidadania e ética (JA Rio de Janeiro, 2024). A reforma do Ensino Médio foi considerada uma conquista importante para garantir que os assuntos trabalhados nas Trilhas Formativas chegassem a um maior número de alunos, uma vez que poderiam fazer parte da carga horária destinada aos Itinerários Formativos. O levantamento que fizemos demonstrou esse crescimento, que se acentua após a aprovação da reforma do Ensino Médio. A seguir, apresentamos a Tabela 1, que reúne dados sobre a atuação da ONG JA Rio entre os anos de 2017 e 2023, com destaque para o número de voluntários, professores envolvidos e escolas ou municípios participantes.

Tabela 1: Atuação da ONG JA Rio (2017-2023)

Ano	ONG JA Rio – número de voluntários	Professores	Escolas ou municípios participantes
2017	85	24	12 escolas
2018	395	52	24 escolas
2019	326	45	25 escolas
2020	354	59	30 escolas
2021	472	120	79 escolas
2022	318	209	123 escolas
2023	707	346	60 municípios

Fonte: Elaborada pelas autoras. Dados extraídos da página oficial da ONG JA Rio.

Antes da reforma do Ensino Médio, o programa “Trilha Empreendedora” estava inserido no contraturno das escolas, alcançando apenas os alunos voluntários. Atualmente, como mencionado anteriormente, o programa se insere no horário regular dos alunos, por meio de um componente da Parte Diversificada. Os dados publicados pela ONG demonstram uma crescente participação de professores e voluntários. Em 2024, não foi divulgado o número de escolas que participaram do projeto, apenas o total de municípios. Não foram localizados os dados do ano de 2024, e o relatório referente a 2023 não está disponível. Os dados acima apresentados para 2023 foram extraídos do site da ONG. Desse modo, é possível afirmarmos que o crescimento mais expressivo ocorreu em 2023, dois anos após a pandemia, quando as Secretarias de Educação deram prosseguimento ao processo de “implementação” do NEM.

É importante observarmos que, embora no site da ONG as formações sejam descritas como extracurriculares, no relatório do projeto “Trilha Empreendedora”, de 2022, o texto sobre o projeto afirma que:

A Trilha Empreendedora consiste na aplicação de uma sequência de programas da Junior Achievement durante todo o ensino médio, fazendo parte da grade curricular das escolas participantes. Com esse projeto, além de jovens impactados e formados, contamos diretamente com o apoio dos educadores e de nossa rede de voluntariado empresarial (JA Rio de Janeiro, 2022, p. 10).

O programa da ONG Junior Achievement atua como incentivador de pessoas em situação de vulnerabilidade social, estimulando os “[...] estudantes para o mercado de trabalho através do método ‘aprender-fazendo’, gerando caminhos para que os jovens estejam preparados para os desafios e carreiras da economia globalizada” (JA Rio de Janeiro, 2024). Em sua definição, o projeto é apresentado como um programa inserido na grade curricular. Ainda que por meio de uma disciplina eletiva em um arranjo curricular, o programa se insere no Ensino Médio dentro da carga horária regulamentar oferecida pelas escolas.

Apesar de o programa não ter sido originalmente pensado para aplicação a partir da reforma do Ensino Médio, seu relatório defende a necessidade de permanência do projeto na rede estadual:

Lei nº 13.415/2017 estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que conte cole uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Nesse sentido, a Trilha Empreendedora vem se mostrando cada vez mais aderente e conversando com essa nova estrutura, seja no eixo Empreendedorismo, seja na forma de o jovem aprender a construir o seu Projeto de Vida (JA Rio de Janeiro, 2022, p. 12).

Na defesa da permanência do projeto após a reforma do Ensino Médio, o relatório da ONG, sobre o projeto, apresenta o que considera estar alinhado ao que o NEM propõe:

Nosso projeto aderiu ao novo modelo do Ensino Médio por meio de uma disciplina eletiva denominada Projeto de Intervenção e Pesquisa (PIP) que atende as escolas do Itinerário Inovador – uma ação do Ministério da Educação para a elaboração do redesenho curricular nas escolas de Ensino Médio, com o objetivo de obter um currículo que contemple os conhecimentos das diferentes áreas numa perspectiva interdisciplinar e articulada à realidade dos estudantes, suas necessidades, expectativas e projetos de vida. Outro destaque é que a carga horária na Trilha Empreendedora passou para 4 horas semanais. Desta forma, os professores podem aplicar metodologias e conteúdos com mais profundidade, além de contar com um universo mais amplo para abordagem de conteúdos (JA Rio de Janeiro, 2022, p. 12).

Cumpre destacar que, no âmbito da Seeduc-RJ, a oferta do Ensino Médio ocorre em diferentes modalidades. No escopo deste artigo, interessa-nos o modelo integrado. Nessa modalidade de Ensino Médio, é prevista a formação do aluno integrada à educação profissional. Essa formação, no entanto, não é considerada como Ensino Médio Técnico.

Portanto, como já mencionado anteriormente, após a inserção dos Itinerários Formativos, a disciplina Projeto de Intervenção e Pesquisa passou a ser oferecida em dois itinerários integrados: NEM – Itinerário Inovador e NEM – Itinerário Inovação e Mundo do Trabalho, conforme consta em suas matrizes curriculares (Figuras 1 e 2), ambas publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2024.

*O Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro: o projeto da ONG JA Rio para os Itinerários Formativos*

Figura 1: Matriz curricular de transição NEM – Itinerário Inovador

**DIÁRIO OFICIAL**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO L - Nº 241 - PARTE I  
SEGUNDA-FEIRA - 30 DE DEZEMBRO DE 2024 **69**

MATRIZ CURRICULAR DE TRANSIÇÃO  
NOVO ENSINO MÉDIO - ITINERÁRIO INOVADOR

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CARGA HORÁRIA ANUAL			TOTAL
		1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE	1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE	
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	2	2	2	80	80	80	240
	FÍSICA	2	2	2	80	80	80	240
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUÍMICA	2	2	2	80	80	80	240
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	MATEMÁTICA	4	3	3	160	120	120	400
	FILOSOFIA	2	0	2	80	0	80	160
	GEOGRAFIA	2	2	2	80	80	80	240
	HISTÓRIA	2	2	2	80	80	80	240
	SOCIOLOGIA	0	0	2	0	0	80	80
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	ARTE	0	2	0	0	80	0	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2	80	0	80	160
	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	4	3	3	160	120	120	400
	LÍNGUA INGLESA	2	0	2	80	0	80	160
<b>CARGA HORÁRIA BNCC</b>		<b>24</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	<b>960</b>	<b>720</b>	<b>960</b>	<b>2640</b>
ITINERÁRIO INTEGRADO - INOVADOR	ELETIVA 1 - ENSINO RELIGIOSO / REFORÇO ESCOLAR	1	1	1	40	40	40	120
	ELETIVA 2 - LÍNGUA ESPANHOLA / ESTUDOS ORIENTADOS	1	1	1	40	40	40	120
	ELETIVA 3 - XY (CATÁLOGO)	2	2	0	80	80	0	160
	PROJETO DE VIDA	2	2	0	80	80	0	160
	PROJETO DE INTERVENÇÃO E PESQUISA	4	4	4	160	160	160	480
	LABORATÓRIO DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	2	4	2	80	160	80	320
	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	2	4	4	80	160	160	400
	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	2	4	4	80	160	160	400
	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	2	2	2	80	80	80	240
<b>CARGA HORÁRIA ITINERÁRIO FORMATIVO</b>		<b>18</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>960</b>	<b>720</b>	<b>2400</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>		<b>42</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>1680</b>	<b>1680</b>	<b>1680</b>	<b>5040</b>

Fonte: Extraída de Rio de Janeiro (2024, p. 69).

Figura 2: Matriz curricular de transição NEM – Itinerário Inovação e Mundo do Trabalho

MATRIZ CURRICULAR DE TRANSIÇÃO  
NOVO ENSINO MÉDIO - ITINERÁRIO INOVAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO

ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CARGA HORÁRIA ANUAL			TOTAL
		1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE	1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE	
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	2	2	2	80	80	80	240
	FÍSICA	2	2	2	80	80	80	240
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUÍMICA	2	2	2	80	80	80	240
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	MATEMÁTICA	4	3	3	160	120	120	400
	SOCIOLOGIA	0	0	2	0	0	80	80
	FILOSOFIA	2	0	2	80	0	80	160
	GEOGRAFIA	2	2	2	80	80	80	240
	HISTÓRIA	2	2	2	80	80	80	240
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2	80	0	80	160
	ARTE	0	2	0	0	80	0	80
	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	4	3	3	160	120	120	400
	LÍNGUA INGLESA	2	0	2	80	0	80	160
<b>CARGA HORÁRIA BNCC</b>		<b>24</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	<b>960</b>	<b>720</b>	<b>960</b>	<b>2640</b>
ITINERÁRIO INOVAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO	ELETIVA 1 - ENSINO RELIGIOSO / REFORÇO ESCOLAR	1	1	1	40	40	40	120
	ELETIVA 2 - LÍNGUA ESPANHOLA / ESTUDOS ORIENTADOS	1	1	1	40	40	40	120
	ELETIVA 3 - XY (CATÁLOGO)	2	2	0	80	80	0	160
	PROJETO DE VIDA	2	2	0	80	80	0	160
	FUNDAMENTOS CONCEITUAIS	2	4	2	80	160	80	320
	RELACIONES SOCIAIS, ÉTICA, COMPORTAMENTO E CIDADANIA	2	2	2	80	80	80	240
	OFICINAS INTEGRADAS	4	4	4	160	160	160	480
	INOVAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO	2	4	4	80	160	160	400
	PROJETO DE INTERVENÇÃO E PESQUISA	2	4	4	80	160	160	400
<b>CARGA HORÁRIA ITINERÁRIO FORMATIVO</b>		<b>18</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>960</b>	<b>720</b>	<b>2400</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>		<b>42</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>1680</b>	<b>1680</b>	<b>1680</b>	<b>5040</b>

Fonte: Extraída de Rio de Janeiro (2024, p. 70).

É importante destacarmos também que a ONG se refere ao componente como disciplina, termo que foi – e continua sendo – fortemente criticado por carregar sentidos de fragmentação do currículo. Outro aspecto a ser ressaltado na citação anterior (JA Rio de Janeiro, 2022), extraída do relatório, é a menção à carga horária da disciplina, que foi estendida, o que, segundo o documento, permite que professores aprofundem conteúdos e apliquem metodologias. O caráter prescritivo permanece em um projeto que reivindica para si uma proposta de inovação para o currículo, quando o documento segue apresentando o participação dos critérios de aplicabilidade dos programas e ações da ONG:

*Inspire: ações de curta duração que inspiram e sensibilizam.*

*Prepare: ações que preparam, que formam e têm média ou longa duração.*

*Succeed: ações também de curta duração, que complementam, funcionam como atividades culminantes e que proporcionam experiências diferenciadas de aprendizagem (JA Rio de Janeiro, 2022, p. 17).*

Entre as ações *Inspire* estão atividades extras de sala de aula e de mentorias, que podem ser aulas magnas<sup>2</sup> e que, segundo o documento, servem de inspiração e mobilização para os alunos. O documento não apresenta o que seriam as ações *Prepare*. *Succeed* refere-se a atividades como a Feira de Profissões online e o “Dia D Voluntariar”, nas quais a aplicação do programa da ONG é feita em um único dia.

Além da apresentação das ações, o documento também apresenta um cronograma, o que se constitui em um manual de como e quando realizar cada etapa. Araujo (2022) nos adverte sobre o modo como os professores têm sido considerados no contexto da reforma, ao afirmar que eles vêm sendo vistos como parceiros deficitários que necessitam de auxílio externo.

Segundo o relatório, o programa “Trilha Empreendedora” é dividido em três fases, a serem cumpridas ao longo do ano. A Figura 3 foi extraída do relatório da ONG JA Rio, do ano de 2022, e nela consta o cronograma de aplicação do programa naquele ano.

Figura 3: Cronograma de ações



Fonte: Extraída do Relatório ONG JA Rio de Janeiro (2022, p. 22).

Na primeira fase, a 1<sup>a</sup> série do Ensino Médio trabalha o tema “Aprender pra quê?”. A discussão apresentada é sobre a relevância do aprendizado ao longo da vida e sobre o papel da escola nesse processo. Na 2<sup>a</sup> série do Ensino Médio, sob o tema “Conectado com o Amanhã”, as questões envolvem informações sobre carreiras profissionais e “as competências comportamentais desejadas no mercado de trabalho”. Na 3<sup>a</sup> série, o tema da primeira fase foi “O Futuro do Trabalho”, que discute as carreiras profissionais em ascensão, além das habilidades socioemocionais.

Na segunda fase, a 1<sup>a</sup> série do Ensino Médio, sob o tema “Meu dinheiro, meu negócio”, trabalha a educação financeira. Na 2<sup>a</sup> série, “Vamos falar de ética” trata da questão da

cidadania. Já na 3<sup>a</sup> série, “Gestão de Projetos” visa ao desenvolvimento de habilidades de gestão de projetos.

O relatório, na terceira fase do programa – que compreende os meses de outubro e novembro –, não faz menção à 3<sup>a</sup> série do Ensino Médio. No relatório do ano de 2021, ano anterior ao que analisamos para a produção deste artigo, também não é mencionada a 3<sup>a</sup> série do Ensino Médio nesses meses. Quanto à 1<sup>a</sup> e à 2<sup>a</sup> séries, o tema é “Empreendedores Climáticos”, que aborda a emergência climática e a promoção de hábitos sustentáveis.

O programa, ao divulgar o projeto sobre empreendedorismo, apresenta as fases desenvolvidas por meio de sala de aula, mentoria e ação extra. Na sala de aula, os professores são responsáveis pelos debates sobre as ações desenvolvidas nas mentorias, que ocorrem uma vez por semana, nas quais os voluntários de empresas parceiras e associadas ao Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) compartilham suas trajetórias profissionais. Esses mentores recebem capacitação da ONG. Nossa crítica aqui se volta para o fato de a ONG ser a instituição responsável pela capacitação dos mentores, e não a escola ou os professores, que conhecem o contexto escolar e seus alunos.

Ainda de acordo com o documento, a Ação Extra é realizada de forma pontual em cada fase. Identificamos essa Ação Extra como o que denominamos, por exemplo, uma culminância de projeto. Salientamos que os temas abordados no ano de 2022 também estavam presentes no relatório do ano de 2021, com pequenas diferenças nos nomes das temáticas. Outro aspecto importante a destacarmos é o fato de que os temas não são novidades, e a dinâmica proposta não é algo que nunca tenha sido indicado pelos professores. Talvez uma breve escuta dos professores no processo de produção de programas como esse – e outros apresentados como grandes e inovadoras soluções para as escolas – pudesse contribuir para outras possibilidades de atuação no contexto escolar, considerando que essas ações já são promovidas nas escolas.

O fato é que toda essa notoriedade dessas ações está relacionada à visibilidade que a ONG, junto com as parceiras e associadas do IBP, deu ao projeto, uma vez que as escolas já trabalhavam com projetos e temas como os abordados nesse programa. Carlos Victal, representante do IBP, em entrevista, mencionou o quanto essa iniciativa se configura como algo de singular importância e foi benéfica para as empresas, que passam a contar com jovens mais bem preparados para atuar no mercado de trabalho (Programa Desenvolvido [...], 2021).

Na sustentação de que a metodologia do projeto é aplicável em qualquer contexto, a ONG considera que, pelo fato de a iniciativa estar pautada no “aprender fazendo”, a entrada de jovens no mercado de trabalho é potencializada (JA Rio de Janeiro, 2024), por meio da promoção de habilidades fundamentais para que se desenvolvam profissionalmente. Essas habilidades seriam desenvolvidas de forma prática, segundo o coordenador do projeto, Michel Mesquita: “[...] sobre temas como empreendedorismo, educação financeira, preparação para o mercado de trabalho, sustentabilidade, economia, cidadania, ética e muito mais” (JA Rio de Janeiro, 2024). Isso é projetado de modo que, ao longo dos três anos que compõem o Ensino Médio, os alunos possam ter diferentes experiências de aprendizagem “[...] que vão desde os conteúdos e atividades trabalhados em sala de aula até o contato com mentores voluntários de grandes empresas” (Em parceria com a Seeduc-RJ [...], 2024).

O anseio é que a atuação do projeto estimule a permanência dos jovens na escola, no mercado de trabalho e no empreendedorismo. Esses dados indicam um Ensino Médio regulamentado pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual. No entanto, é possível identificarmos, nos últimos anos, o aumento da participação da iniciativa privada e filantrópica, por meio de parcerias público-privadas e outras associações da iniciativa privada. Em todo o país, pesquisas apontam a atuação do terceiro setor nas ações relacionadas à reforma do Ensino Médio. Há outras empresas atuando junto à Seeduc-RJ na produção de materiais, entre outras ações. Para a escrita deste artigo, identificamos a ONG JA Rio, uma vez que ela, em parceria com outras instituições, atua diretamente no que é considerado prioridade nas eletrivas voltadas, por exemplo, ao empreendedorismo.

Apesar de a disciplina Projeto de Intervenção e Pesquisa não estar no escopo de um Ensino Médio Técnico-Profissional, identificamos que tanto a proposta da ONG quanto a da disciplina estão voltadas para uma formação técnica, voltada ao mercado de trabalho, especialmente às profissões das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática. Trata-se de uma formação que atenda às demandas do mercado – o que, embora também seja tema da escola, defendemos ser uma decisão contextual e contingencial de cada instituição. Em oposição ao nosso pensamento, a expectativa da organização é que suas ideias e concepções sobre sociedade, educação e escola sejam amplamente difundidas, tendo em vista que:

A Trilha Empreendedora prevê a aplicação de uma sequência de 10 dos cerca de 30 programas da Junior Achievement (JA) dentro do currículo do Ensino Médio de

escolas da rede pública estadual. Este ano, a previsão é alcançar cerca de 150 escolas em 40 municípios fluminenses, impactando de forma positiva a vida de aproximadamente 9 mil estudantes da rede estadual”, diz Renata [Diretora Executiva da JA Rio de Janeiro] (Em parceria com a Seeduc-RJ [...], 2024).

O programa “Trilha Empreendedora” teve início em 2017, coincidindo com a aprovação da reforma do Ensino Médio. No Termo de Cooperação que formalizou a parceria entre a Seeduc-RJ e a ONG JA Rio, não foi previsto repasse por parte da Seeduc-RJ. Ficou sob responsabilidade da secretaria a manutenção das escolas e a disponibilização dos professores. Também foi previsto no Termo de Cooperação que ficaria sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás o estímulo para que seus associados patrocinassem o projeto, por meio de 11 cotas de patrocínio no valor de R\$ 2.890,00, ou que o próprio Instituto fosse o patrocinador (Processo E-03/001/2708/2027).

### **Considerações finais**

O estado do Rio de Janeiro realizou sua reforma curricular a partir da atuação conjunta com instituições filantrópicas e privadas, como a ONG JA Rio. O modo como o Novo Ensino Médio foi aprovado possibilitou que a atuação de instituições como a ONG JA Rio ampliasse seu acesso e influência no currículo escolar. Essa atuação possibilitou às instituições a defesa de um discurso que visa defender o empreendedorismo, como o empreendimento de si – situação em que os alunos são entendidos como aqueles que devem ser capazes de gerir suas vidas, sendo responsabilizados por seu sucesso (ou fracasso).

A carga horária de 600 horas para os Itinerários Formativos, conforme estabelecido pela Lei nº 13.415/2017, trouxe desafios para as Secretarias de Educação, pois não foi disponibilizado nenhum documento orientador sobre como deveriam ser as atividades que comporiam esses itinerários. A BNCC tratou apenas da Formação Geral Básica. E é justamente nessa ausência de direcionamento que instituições filantrópicas e privadas adentraram com seus projetos.

É importante mencionarmos que, por muitas vezes, defendemos a necessidade de que o currículo esteja em disputa. Todavia, a disputa que se instaurou com a reforma do Ensino Médio dificultou a articulação dos professores e das equipes pedagógicas. As delimitações de carga horária e a definição das parcerias ocorreram no âmbito da Secretaria de Educação, sem ampla consulta ou subsídios para que as escolas pudessem sugerir, de modo expressivo, propostas baseadas em suas realidades.

A reforma curricular impôs desafios aos estados, que não sabiam como desenvolver os Itinerários Formativos curricularmente, e foi nessas circunstâncias que instituições filantrópicas e privadas – como a ONG JA Rio – conseguiram desenvolver e expandir sua parceria com o estado. Diante desses desafios, a ONG se apresenta como necessária a um estado que, por esse olhar, não seria capaz de formar jovens empreendedores por si só. Nesse caminho, voluntários e conselheiros parceiros da ONG atuam como apoiadores de um estado visto como ineficiente – e não como colaboradores de um estado no qual acreditamos que, a despeito de todos os problemas e das relações de poder que atravessam a educação, consegue promover a melhor educação possível diante das questões econômicas, sociais, históricas e culturais.

A parceria público-privada tem seguido um caminho de racionalidade neoliberal, que posiciona esse sujeito empreendedor como responsável por seu próprio sucesso, sem considerar, por exemplo, as desigualdades sociais que, por mais que uma pessoa seja empreendedora, não serão superadas apenas com esforço individual.

### Referências

ALVES, Maria Aparecida. Percursos da reforma do ensino médio no estado do Rio de Janeiro. In: KÖRBES, Clecí; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres (org.). **Ensino médio em pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022. pp. 61-74.

ARAUJO, Hellen Gregol. **A nova filantropia e a Base Nacional Comum Curricular:** a política investigada por redes. 2022. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:  
<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/18131/5/Tese%20-Hellen%20Gregol%20Ara%C3%BAjo%20-202022%20-%20Completo.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ARAUJO, Hellen Gregol; LOPES, Alice Casimiro. Ações de redes políticas na pandemia: defendendo a aprendizagem e apagando contexto. **Revista e-Currículum**, São Paulo, v. 21, p. 1-27, 2023. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61412/43314>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO. Manifesto oficial contrário ao documento orientador de políticas para Educação Básica/Ensino Médio (BNCC). ANPEd, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://abdcurriculo.com.br/wp-content/uploads/2021/12/ANPEd\\_ABdC\\_contraBNCC-EMago2018final.pdf](https://abdcurriculo.com.br/wp-content/uploads/2021/12/ANPEd_ABdC_contraBNCC-EMago2018final.pdf). Acesso em: 26 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO et al. Carta Aberta pela revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017). ANPEd, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://mst.org.br/wp-content/uploads/2022/08/CARTA\\_ABERTA-EM-DEFESA-DA-REVOGAC%CC%A7A%CC%83O-DA-REFORMA-DO-ENSINO-ME%CC%81DIO\\_final.pdf](https://mst.org.br/wp-content/uploads/2022/08/CARTA_ABERTA-EM-DEFESA-DA-REVOGAC%CC%A7A%CC%83O-DA-REFORMA-DO-ENSINO-ME%CC%81DIO_final.pdf). Acesso em: 19 jan. 2025.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards. **Brazil International Journal of Educational Development**, [s. l.], v. 64, p. 64-73, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J. What is policy? 21 years later: reflections on the possibilities of policy research. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 306-313, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/01596306.2015.1015279>

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis Nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm). Acesso em: 30 dez. 2024.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 31 dez. 2024.

CHAVES, David; MOTTA, Vânia Cardoso da; GAWRYSZEWSKI, Bruno. Programa Solução Educacional: uma formação para a resiliência em tempos de agudas contradições. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 3, p. 1-21, jul./set. 2020.

CRUZ, Priscila. Por que a escola do seu filho é chata? **UOL**, [s. l.], 24 ago. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2016/08/24/por-que-a-escola-do-seu-filho-e-chata.htm>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CUNHA, Romulo. Especialistas criticam mudanças nas grades curriculares provocadas pelo Novo Ensino Médio. **O dia**, Rio de Janeiro, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/02/6785780-especialistas-criticam-mudancas-nas-grades-curriculares-provocadas-pelo-novo-ensino-medio.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

EM PARCERIA COM A SEEDUC-RJ, ONG JA Rio de Janeiro lança edição 2024 do projeto Trilha Empreendedora. **96.5 tupi.fm**. Rio de Janeiro, 4 de março de 2024. Disponível em: <https://www.tupi.fm/sentinelas/em-parceria-com-a-seeduc-rj-ong-ja-rio-de-janeiro-lanca-edicao-2024-do-projeto-trilha-empreendedora/>. Acesso em: 7 de jul. 2024.

FERRETI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt>. Acesso em: 31 dez. 2024.

JA RIO DE JANEIRO. 2022 **Relatório final: Trilha Empreendedora**. Rio de Janeiro: ONG JA Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://jarj.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Trilha-empreendedora-relatorio-final-2022.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

JA RIO DE JANEIRO. 8 razões para a sua empresa investir na educação por meio de uma organização social. **ONG JA Rio**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://jarj.org.br/8-razoes-para-a-sua-empresa-investir-na-educacao-por-meio-de-uma-organizacao-social/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

LOPES, Alice Casimiro; CRAVEIRO, Clarissa; CUNHA, Viviane Peixoto da. O Novo Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Educação do Rio de Janeiro: diferenças Contextuais. **Revista de Educación**, [s. l.], n. 31, p. 241-273, 2024. Disponível em: [https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r\\_educ/article/view/7756/7983](https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/7756/7983). Acesso em: 3 mar. 2025.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./dez. 2014.

MACEDO, Elizabeth. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./maio 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.967>

PROGRAMA DESENVOLVIDO em escolas estaduais quer combater evasão ensinando cultura empreendedora. Rio de Janeiro, 2020. 1 vídeo (38 min 24 s). Publicado pelo canal: Fórum da Alerj de Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kQ7bmZVoPfI&t=290s>. Acesso em: 11 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução SEEDUC nº 6.035, de 28 de janeiro de 2022. Fixa diretrizes para implantação das matrizes curriculares para a educação básica nas unidades escolares da rede pública e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro:** parte 1, Rio de Janeiro, RJ, n. 023, p. 17-42, 4 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Resolução SEEDUC nº 6.313. de 27 de dezembro de 2024.** Institui as matrizes de transição do ensino médio no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro:** parte 1, Rio de Janeiro, RJ, n. 241, p. 49-76, 30 dez. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Educação. **Projeto de Vida:** identidade. Orientação para planos de aulas. 1º ano, 1º semestre. Caderno do professor. Rio de Janeiro: Seeduc, 2023.

SHIROMA, Eneida. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2014425, p. 1-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.14425.003>

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, belo Horizonte, 34, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?lang=pt#>. Acesso em: 7 jul. 2024.

SILVA, Mônica Ribeiro da; ARAÚJO, Marcos Lima de. Educação na contramão da democracia – a reforma do ensino médio no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, Brasília, v. 19 n. 39, p. 6-14, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50143/29237>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SILVA, Mônica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349271803por>

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação Já. **Panorama da Educação Básica**. Estados. Rio de Janeiro. [S. l.]: Todos pela Educação, jan. 2023. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-rio-de-janeiro-2023.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

## Notas

<sup>1</sup> Este estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 – e está inserido no Projeto de Pesquisa Políticas de Currículo para o Ensino Médio: Mudanças na Organização Curricular, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> No relatório, não há uma definição clara do que a ONG considera como Aula Magna. O documento apenas descreve que essa atividade tem o objetivo de inspirar, sensibilizar e mobilizar os jovens. É

---

possível assistir às Aulas Magnas no canal oficial da instituição no YouTube, disponível em: <https://www.youtube.com/@jariodejaneiro/videos>. Acesso em: 10 jun. 2025.

## **Sobre as autoras**

### **Hellen Gregol Araujo**

Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Possui pós-doutorado e é doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Uerj. É mestre em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Desenvolve pesquisas sobre políticas de currículo, políticas públicas educacionais, relação entre público e privado e gestão democrática na educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1923-9164>. E-mail: [hellengre@gmail.com](mailto:hellengre@gmail.com)

### **Raquel Garcia Braga de Lima**

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Integrante do grupo de pesquisa Políticas de Currículo e Cultura. Mestre em Educação. Pedagoga. Licenciada em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Professora de Língua Inglesa nas redes municipal e estadual do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9616-0388>. E-mail: [quelgbraga@gmail.com](mailto:quelgbraga@gmail.com)

Recebido em: 11/08/2025

Aceito para publicação em: 17/09/2025